



## PARECER TÉCNICO – ASSESSORIA JURÍDICA

Data: 11/05/2018

### Matéria/ Ementa:

Projeto de Lei nº 38/2018 que “**Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar valores a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Serafina Corrêa – APAE e dá outras providências**”

### Relatório:

Busca o Poder Executivo, através do presente Projeto de Lei, autorização para realizar termo de fomento com a APAE, através repasse financeiro no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com o objetivo de custear despesas relativas a construção da nova sede da associação.

### Fundamentação:

As contribuições a entidades devem obedecer às regras de convênios previstas no artigo 116 da Lei nº 8666/93, Lei n 13.019/2014 e ainda, a LC nº 101/2000.

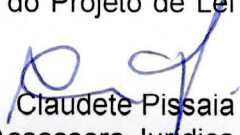
O Art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas, prevê que a destinação de recursos deverá ser autorizada por Lei específica. Assim, a autorização para subsidiar a entidade encontra amparo no próprio Projeto de Lei, que, em sendo aprovado, tornar-se-á a Lei Específica.

A Lei nº 13.019/2014 prevê que os termos de colaboração, fomento ou acordo de cooperação derivam de parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, como no caso a APAE.

E, pela entidade ser a única do município, é possível aplicar a inexigibilidade de chamamento público, conforme permissivo previsto no art. 31 da Lei nº 13.019/2014, no entanto devem ser mantidas as demais exigências, como plano de trabalho, aprovação do plano pelo Executivo, critérios previstos na LDO, crédito orçamentário e lei específica.

### Opinião:

Assim, diante do exposto, é pela viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei nº 38/2018.

  
Claudete Pissaia  
Assessora Jurídica  
OAB/RS 79.121